

“Pro giro do 'Sul'”: indígenas Xukuru-Kariri trabalhando na lavoura canavieira em Alagoas (1952-1990)

Adauto Santos da Rocha*

Quando esteve em Alagoas realizando pesquisas para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o geógrafo Manuel Correia de Andrade observou que a ocupação das várzeas, e, a partir de meados do século XIX, dos tabuleiros, estimulou a produção de açúcar, alcançando a façanha de 1.768.203 sacos em 1951/1952 para 23.777.299 entre 1981/1982. Em menos de três décadas, a colheita açucareira cresceu 13 vezes, comparando com a produção no vizinho estado de Pernambuco, que no mesmo período cresceu apenas 2,5 vezes. A liderança de Alagoas elevou o estado para o maior produtor canavieiro no Nordeste. Riqueza para poucos, miséria para muitos (Andrade, 1988, p. 527-528).

Findado o inverno e após algumas semanas do escaldante sol que assola o Semiárido e o Sertão alagoano, numa viagem entre as citadas regiões e a Zona da Mata, são perceptíveis os contrastes em Alagoas. Não se trata, apenas, de observar a alteração de cores nas paisagens com o exuberante verde dos canaviais, pois, em poucos dias, serão queimados e cortados, cedendo lugar a novas plantações. Durante os períodos menos chuvosos, ocorre um esvaziamento demográfico nas cidades próximas e também mais distantes. São os muitos trabalhadores que migram para trabalhar na lavoura canavieira da Zona da Mata – conhecida como “Sul” – durante o verão.

* Licenciado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL-Campus III); Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). E-mail: adautorocha49@gmail.com.

De longe, os vastos canaviais são o exaltado “progresso” e a força motriz da economia alagoana, de perto, as fortes vinculações entre os “barões do açúcar” e os mais altos cargos parlamentares e executivos no estado revelam a máquina pública como sustentáculo que mantém o agronegócio, associado a exploração da força de trabalho dos milhares de homens e mulheres nas grandes etapas de produção açucareira: cultivo; atividades fabris e distribuições (Albuquerque, 2009).

Entre meados e fins do século XX, os indígenas Xukuru-Kariri, habitantes em Palmeira dos Índios, Semiárido alagoano, passaram a percorrer as veredas em direção aos canaviais no “Sul” para o trabalho em diversas funções campais e industriais, com destaque no cultivo e corte da lavoura canavieira. Como afirmaram em entrevistas, a degradação corporal e os esforços físicos empregados nas atividades quase não eram repostos, em razão dos raros momentos de descanso e lazer após a árdua jornada de trabalho ao longo do dia.

Um dos aspectos que marcavam significativamente a estada dos indígenas migrantes nos canaviais eram os espaços de convívio social antes e após as atividades nos campos de cultivo. Conhecidos como “barracões”, eram, no geral, estruturas de taipa ou alvenaria que formavam um enorme galpão subdividido em vários e pequenos cômodos, utilizados para a guarda de pertences e para os raros momentos de privacidade dos migrantes no austero ambiente de trabalho.

Embora parecesse ser um simples galpão para a estada dos migrantes e como ponto de apoio antes da labuta canavieira, o barracão transformou-se num espaço de dominação e seleção dos “bons” e “ruins” cortadores de cana. As formas de exploração utilizados pelos empreiteiros e representantes das usinas, como a venda de alimentos, utensílios e o comércio ilegal de bebidas alcóolicas, forçavam a estada dos migrantes durante o período de corte da cana e na chamada entressafra, fase de plantio e recomposição dos campos de cultivo.

Se por um lado os barracões eram instrumentos de coação da força de trabalho, através do superfaturamento nos artigos comercializados e da constante vigília a qual os cortadores de cana eram submetidos, por outro, os indígenas aproveitavam os raros momentos de reunião para expor as demandas das aldeias entre os parentes e fortalecer as mobilizações em busca de reconhecimento e efetivação de direitos. Desse modo, ocorreu uma inversão de papéis em um mesmo espaço habitado: lugar de dominações e resistências (Scott, 2013).

No nosso enfoque discutiremos, além da questão social, as relações indígenas com o Ambiente, a partir de entrevistas realizadas nas aldeias Mata da Cafurna e Fazenda Canto, em Alagoas, durante o primeiro semestre de 2019. Buscamos descrever como os Xukuru-Kariri se relacionaram com as plantações de cana e intensificaram as atividades de trabalho a partir de meados do século XX. Os relatos biográficos indígenas e as informações acerca dos mundos do trabalho canavieiro compõem a maior parte das fontes documentais utilizadas ao longo do texto.

Circuitos do trabalho Xukuru-Kariri na lavoura canavieira

Nascido em fins da década de 1960 em Brejo dos Padres, território do povo indígena Pankararu, em Tacaratu, no interior de Pernambuco, Cícero Terto do Nascimento, conhecido por “Grilo”, soube do falecimento dos pais ainda durante a infância, fato trágico que o abalou profundamente. De origem humilde e pertencente a uma numerosa família, inseriu-se nos mundos do trabalho com pouca idade para garantir o próprio sustento.

Convidado por parentes, passou a habitar na Aldeia Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios a partir de meados da década de 1980; e, por participar dos movimentos de retomadas territoriais e nas reivindicações de direitos indígenas, reconheceu-se e foi reconhecido como Xukuru-Kariri. Os primeiros anos de infância foram muito difíceis, o entrevistado afirmou que “para sobreviver foi ganhando o mundo”, atuando em diferentes frentes de trabalho entre os sertões pernambucano e alagoano.

Aos 12 anos de idade, começou a trabalhar no corte de cana, influenciado por amigos e familiares. Do Brejo dos Padres, saía a pé até Delmiro Gouveia (AL), uma distância considerável, percorrendo estradas e veredas com poucas habitações, até encontrar-se com grupos de migrantes que aguardavam a chegadas dos “gaiolões”, caminhões enviados pelas usinas para transportar os trabalhadores até a Zona da Mata alagoana.

Em busca de melhorias financeiras, juntou-se a outros Pankararu e foi para a Usina Camaçari, no município de Coruripe (AL). Os primeiros dias de experiência foram áspers, agravados pela pouca idade, período em que dividiu espaços com mulheres e outras crianças na lavoura canavieira. Com o tempo disciplinado (Thompson, 1998) por uma rígida distribuição de afazeres ao longo do dia e da semana, pegava a “facoa” – instrumento de corte com uma espessa e longa lâmina – e partia para os eitos de cana, ajuntado a outros trabalhadores que compunham o “batalhão de cortadores”.

O indígena Geraldo Mascena da Silva, conhecido por “Santa Luzia”, também originário de Brejo dos Padres, habitando no território indígena Xukuru-Kariri desde 1981, tendo migrado da Aldeia Fazenda Canto para a Aldeia Mata da Cafurna em 1985, é órfão paterno desde a infância e trabalhou na roça desde os 13 anos de idade. Foi servidor temporário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), na manutenção de linhas elétricas do Maranhão para os estados vizinhos:

Com treze anos eu fui embora pra o Maranhão. Subi no pau de arara. A família pobre sem ter nem o que comer e você tem que encara a vida

lá distante de casa, passar três dias pra chegar, em cima do pau de arara. Quando chegar lá você encarar um machado numa reserva fechada. As mãos da gente chega ficava aquelas bolhas de sangue e o cabra ter que fazer! (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

No regresso das “reservas fechadas”, atuava como trabalhador rural para garantir o sustento da família com pequenas plantações de tubérculos e cereais. Quando os plantios eram insuficientes e na falta de empregos na CHESF, o entrevistado afirmou que “não parava no mundo”, “corria” para o corte de cana em Alagoas: “[...] você nunca para, você passa um ano cortando cana, dois anos, quando aquela moagem termina você vai ter que pegar outro rumo pra pegar outro trampo noutra canto” (Geraldo Mascena da Silva, 2019). Cortador de cana desde os 17 anos, “Seu” Geraldo percorria as mesmas veredas que o “Seu” Cícero, embora embarcasse no gaiolão em Pariconha (AL), com destino à Usina Cachoeira do Meirim, sediada na zona rural de Maceió (AL):

Nós ia, trabalhava dois, três meses aí retornava quando tinha saudade da família; nós tinha que, aquele dinheirinho que ganhava juntar pra levar para as mães, para os irmãos comer. Aí você deixava o dinheiro e retornava, passava três, quatro meses de novo. E voltava pra levar aquele dinheiro pra dar assistência a quem estava em casa. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Ao ser perguntado sobre os períodos de corte da cana, recordou-se da “foicita” – instrumento de corte similar à “facoa” – e da fuligem que escurecia o corpo e provocava doenças respiratórias: “[...] você pegar uma foicita, cana queimada, abraçar aquele feixão aqui e ir jogando lá o dia todinho, quando você chega em casa de noite você não vem parecendo gente não. Só vem branco os dentes se tiver branco, porque o resto do corpo vem preto!” (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

A queima das folhas da cana como “facilidade” para a colheita data de apenas quarenta anos, prática fundamentada em mobilizações trabalhistas no interior de São Paulo e disseminada em outras regiões do país. Apesar de facilitar a entrada dos trabalhadores no canavial, reduzir o contato com animais nocivos e dinamizar a produção, ambientalmente a queima dos canaviais destrói os ecossistemas, acelera a fermentação da cana e reduz drasticamente o peso com a desidratação (Silva, 1997).

Também habitante na Aldeia Mata da Cafurna, o indígena Manoel Davi Gomes, conhecido como “Seu” Zezinho, começou a trabalhar ainda na juventude por necessidades financeiras. Migrante temporário, passou boa parte da infância entre Luiziana e Braúna – interior de São Paulo – na companhia dos pais e trabalhando na agricultura. Após dez anos, retornou para o local de origem e iniciou o trabalho "pro giro do 'Sul'" alagoano.

A primeira vez que “Seu” Zezinho trabalhou na lavoura canavieira alagoana foi em 1968. Ao longo de 16 anos, o entrevistado exerceu diferentes funções nos campos de cultivo das usinas: “Já cortei cana no 'Sul', trabalhei de cambiteiro, enchendo caminhão, um bocado de coisa” (Manoel Davi Gomes, 2019). Apesar de ter dedicado boa parte do tempo aos cuidados da cana cortada ou ao transporte para as unidades de processamento, o entrevistado também exerceu cargos de confiança no comando de cortadores de cana.

O recrutamento de indígenas Xukuru-Kariri para as atividades na lavoura canavieira não ocorreu somente na Aldeia Mata da Cafurna, indígenas entrevistados na Aldeia Fazenda Canto também afirmaram terem migrado para plantações de cana com a presença dos barracões durante os períodos de convivência trabalhista no “Sul”. Francisco Félix da Silva, chamado de “Seu” Chico Aleixo, trabalhou na agricultura ainda muito jovem, entretanto, durante os agravados períodos de seca e na ausência de alimentos suficientes para a subsistência, decidiu juntar-se a outros indígenas e passou a atuar como cortador de cana na Usina Ouricuri (Atalaia-AL) em meados da década de 1970.

Descritos como espaços ásperos e com acentuada quantidade de animais peçonhentos, os canaviais foram, para “Seu” Chico Aleixo, labirintos de surpresas e exercício da herpetofobia. Ao recordar-se de um inusitado episódio ocorrido nos primeiros contatos com os campos de trabalho, o entrevistado afirmou ter confundido um pedaço de cipó com uma serpente:

Trabalhei no corte de cana na usina Ouricuri. Trabalhava com uma turma daqui, aí eu tenho muito medo de cobra. Aí os caras diziam: 'rapaz, aqui tem umas cobras que avoam'. Era no paião, que naquele tempo não queimava cana, aí chegemos um dia lá na... tinha uma turma de gente daqui trabalhando. Aí chegou um dia eu fui trabalhar na segunda-feira. Aí eu, como daqui naquela casa, uma turma já abrindo cortando, espalhando e jogando para depois amarrar, que depois amarrava os moinhos nesse tempo que eu trabalhei. Aí rapaz eu vim de lá para cá, fui beber água, quando vinha um negócio enganchou nas minhas pernas, aí eu disse: 'é ela!'. Aí eu saí gritando e os caras todos se azoaram, e eu doido correndo quando eu cheguei muito na frente que eu olhei era um cipó agarrado. Aí os caras ficaram a semana todinha mangando d'eu. (Francisco Félix da Silva, 2019).

Assíduo no labor agrícola, “Seu” Chico Aleixo atuou sazonalmente entre o corte de cana e outras atividades temporárias durante vários anos, tendo se deslocado para as usinas em diferentes meios de transporte, como os gaiolões e os trens, por exemplo. Outro indígena habitante na Aldeia Fazenda Canto que iniciou as atividades de trabalho na usina também por falta de recursos foi

Sebastião Cosme de Oliveira, conhecido como “Seu” Basto Cosme. Ainda menor de idade, trabalhou na Usina Uruba (também em Atalaia) em ciclos trabalhistas reproduzidos por muitos anos, inclusive após adulto e casado. Com amigos e parentes, “desabava” para os cortes de cana, experiências relatadas como “pesadas”, pela exposição ao sol escaldante e sujeição à moradia nos barracões.

Embora fossem fisicamente edificados antes dos trabalhadores habitarem, os barracões eram ideologicamente e socialmente construídos a partir de demandas específicas pelos grupos que passavam a conviver durante a dilapidação dos canaviais. No próximo tópico, discutiremos as descrições multifacetadas dos barracões, espaços dinâmicos e fundamentais para a consolidação da condição de trabalho na lavoura canavieira e formação política dos indígenas entrevistados.

A construção do espaço habitado: o barracão

Sobre os deslocamentos para trabalho na área de produção açucareira na região “Sul” de Pernambuco, com ênfase na mão de obra indígena Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção, Semiárido pernambucano, um pesquisador evidenciou a falta de terras como ponto visceral para os deslocamentos indígenas à Zona da Mata de Pernambuco, “uma região de fronteiras” físicas e sociais com Alagoas (Silva, 2017). Pelas diferentes atribuições da fundamental mão de obra indígena no “Sul” canavieiro, ocorreu o compartilhamento de relações com os barracões.

A vida cotidiana nos “alojamentos” se constituiu como espinha dorsal para a compreensão da dinâmica nas atividades desempenhadas pelos trabalhadores antes e durante o corte da cana. O primeiro passo para o trabalho constituía-se no recrutamento da mão de obra, formada a partir de contatos entre encarregados das usinas – os chamados arregimentadores – e migrantes com diferentes níveis de experiência na lavoura canavieira.

Os indígenas Xukuru-Kariri recrutados para as usinas conviveram com trabalhadores desconhecidos nos barracões. “Seu” Geraldo Mascena descreveu os alojamentos como “um galpão para todos os homens”, sendo necessário levar redes, utensílios pessoais e ter astúcia: “[...] ninguém conhece ninguém, dá muita coisa ruim, as vezes os caras bagunça. Eu vi tanta coisa nas usinas, os caras matando outros assim e eu lá só de braço cruzado, não conhecia, não ia me envolver” (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Anexo ao alojamento, descrito pelo entrevistado como “galpão”, encontrava-se o barracão, enfatizado como “uma coisa ruim”:

Tem uma coisa ruim na usina, tem um barracão pra você comprar que eles

exploram as pessoas, se você for um cara que não saiba viver naquele trabalho você não tem nunca nem o dinheiro da passagem pra voltar pra casa, porque as coisas se aqui na cidade é cinco real lá é quinze real, é tudo caro pelo olho da cara, se você for se meter mesmo. A gente compra só limitadinho pra não passar fome, por que se você for fazer feira você nunca mais volta. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

A sistemática de trabalho na lavoura canavieira exigia completa disponibilidade de tempo para maiores quantidades de cana cortada, permanecia no trabalho quem atingisse cotas pré-definidas pelas usinas. Entre a prática laborativa, observações e conversas colhidas por funcionários das usinas nos alojamentos, eram identificados os “bons” cortadores de cana, no geral, insubversivos, consumidores de alimentos comercializados nos locais de trabalho e altamente produtivos.

Estrategicamente construídos às margens de rios e ladeados por matas, os alojamentos eram estruturas ideais de manipulação do trabalho e exercício da dominação pelos usineiros. No local, eram vendidos produtos de péssima qualidade por valores impraticáveis em outros lugares; nas matas encontrava-se lenhas para cozinhar os alimentos e o curso d’água servia para lavagem de roupas, higiene pessoal e nado aos finais de semana:

O barracão é um galpão mesmo que eles fazem é assim: bem coberto e tudo, só que você tem que levar panela pra você mesmo cozinhar, você mesmo se virar. Sempre tem rio pra você ir lá lavar suas roupas que nem todo homem anda com mulher. Nós fazia a comida a noite pra levar a bóia fria. A comida que mais come, é salsicha. Quando você come de manhã que você come meio-dia você já não suporta mais, não tem o que comer, tem que comer aquilo mesmo. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

O uso dos rios como forma de lazer durante os curtos períodos de descanso estava associado a uma prática de resistência aos espaços oferecidos pelas usinas como forma de capitanear os recursos obtidos ao longo da semana. “Seu” Geraldo afirmou que na Usina Camaçari (sediada em Coruripe) e Cachoeira do Meirim (sediada em Maceió) existiam piscinas pagas “pra enganar” os trabalhadores. No barracão, organizavam-se turmas para ir aos bailes e outros espaços festivos. Com o objetivo de arrecadar somas financeiras para a manutenção de familiares que aguardavam nos locais de trabalho, “Seu” Geraldo dispensava as horas de lazer em grupo para economizar um pouco do dinheiro recebido pelas canas cortadas ao longo da semana.

Nas “leis” de comportamentos paralelos das usinas, desavenças e discussões

entre cortadores, encarregados e cabos de turma teriam punições severas, definidas arbitrariamente a partir do entendimento dos próprios funcionários envolvidos nas contendas ou sob a consulta aos subordinadores. Após chegar da feira livre de Rio Largo (AL), “Seu” Geraldo presenciou uma desavença entre um cabo de turma que ameaçou dois indígenas por não terem cortado as canas sob os padrões exigidos pela usina. O entrevistado envolveu-se no conflito e chegou às vias de fato com o encarregado. Como punição pela intransigência, foi transferido de função por uma mulher que atuava como cabo de turma e, por um breve período de tempo, deixou as atividades na lavoura canavieira.

Chegando da feira ele disse: 'ô neguinho, vem cá!'. Aí saímos na munheca, a máquina fez as casas assim num rampado que ficava meio pra frente e embaixo tinha um córrego bem fundo. Saímos pra lá e pra cá, ele metia a mão n'eu, eu metia a mão nele e saímos quebrando tudo, aí se agarremos e descemos de grotá abaixo. Os caras me tiraram e a minha prima disse: 'ô primo, aqui quem briga com cabo leva uma pisa que vê o começo mas não vê o fim'. Ela me tirou de cortar cana pra juntar cana mais as mulher de Atalaia, ai eu fui juntando e ela era empeleiteira, mas eu só recebia porque era ela quem pagava, porque se fosse outro empeleiteiro... Aí vim embora. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Durante os seis meses de corte, “Seu” Geraldo permanecia no barracão com trabalhadores desconhecidos:

As moagens começavam em fevereiro. Toda moagem de cana ela começa em fevereiro, ela é seis meses. Quando tem muita cana ela vai pra julho, mas você não é obrigado a tirar tudo não, se você é um cara que trabalha bem, que o seu dinheiro dá pra você voltar, é claro que você volta, agora tem muitos que pega e faz o contrato, só sai no final da moagem. Quando eles termina aquele eles já vão plantar outro. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Um estudo sobre “universo canavieiro” em Atalaia, evidenciou que o contrato de trabalho entre os trabalhadores e as usinas isentava os usineiros da obrigatoriedade de pagar indenizações trabalhistas, avisos prévios e multas por processos judiciais. Por esse motivo, o trabalhador assinava o contrato com período pré-definido à sua livre escolha, contanto que não ultrapassasse a temporada de colheita da cana (Albuquerque, 2009, p. 92).

Antes de 1980, o corte de cana era, predominantemente, praticado em “cinco ruas”; a partir de meados da mesma década, ocorreu a substituição pelo formato “sete ruas”, uma ampliação para mais duas carreiras de cana a serem colhidas.

Apesar de possibilitar o trabalho “empareirado” entre duplas de cortadores, o “sete ruas” provocava discórdias, conflitos e mortes, pois, os cortadores começaram a mensurar a linha de corte dos parceiros e, por realizarem as tarefas com diferentes desenvolturas, as amistosas relações de trabalho eram comprometidas (Silva, 1997, p. 10, 59, 72). “Seu” Geraldo experimentou o trabalho “empareirado” no corte de cana em “sete ruas”:

Chega aquele multidão de trezentos homens e lá tem empeleiteiro que ele tem uma braça e ali ele vai lá: 'quer quantas braças?'. Ela é sete carreiras de cana, você começa daqui cortando três de um lado, nas quatro você derruba e faz a esteira, é você cortar sete carreiras de cana empareiada, se você não tiver costume você não corta cinquenta braças por dia. Eu cheguei a cortar mil braças por dia, mil metros. Agora tem uma coisa, você só para pra suspirar um pouquinho, quando as mãos começa a doer você olha pras mãos e começa a olhar pra foice e é, sei lá, aquela opinião de você tirar aquele... Quando eu cheguei no primeiro dia eu cortei trezentas braças porque a minha prima me ajudou. Ela já era acostumada. Mas depois eu tirava mil braças todo dia. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

A produção do “bom” cortador ocorria na prática. O gradativo aumento no corte de cana criava a falsa expectativa de boa remuneração e com isso a usina atingia grandes quantidades de canas cortadas:

Naquele tempo, eu alcancei o cruzeiro, quando eu cheguei em oitenta e um aqui, eu trabalhei um mês de roça pra eu arrumar um cruzeiro. E lá você arrumava vinte, trinta cruzeiros, que nesse tempo era dinheiro, por semana. Só que a usina você tem que pagar não sei o quê, não sei o quê, desconta umas taxazinhas que você não sabe nunca para o que é. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Quando não estava trabalhando, “Seu” Geraldo aventurava-se pelas matas e arredores do barracão, para se ambientar e conhecer os locais de estada. Em uma das muitas andanças, deparou-se com cemitérios clandestinos, onde foram enterrados “ruins” cortadores de cana e os trabalhadores que tinham contas trabalhistas a acertar com os encarregados. O autoritarismo fazia parte do cotidiano nas relações de trabalho, por motivos banais os funcionários das usinas exerciam o poder de vigília e puniam trabalhadores transgressores que infringiam as “leis” do barracão. Como forma de resistência, funcionários das usinas eram pegos de surpresa pelos trabalhadores e pagavam pelas desavenças com a própria vida:

Quando eles juntavam, davam pisa. Deram uma pisa num pernambucano de Floresta, era um galeguinho que você não dava um real por ele, o cara deu uma pisa que ele passou seis meses tomando remédio do mato. Só que esse amarelinho um dia comprou uma melancia grande e ele chegou, pegou, que era cabo de turma, e partiu a melancia e deu pra todo mundo e falou: 'toma amarelinho'. Ele falou: 'Não, quando eu quiser eu compro, que eu comprei essa daí, você partiu minha melancia sem pedir'. 'Quer levar outra pisa daquela?'. E eu tava ao lado dele, era um cabeludão, mas eu saí de perto, quando eu saí ele atirou entre os dois zóio dele. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Os relatos do entrevistado sobre o corte de cana e as atividades nas usinas são envoltas de dores e exaustão física, provocada pela desidratação e exposição ao sol escaldante durante várias horas por dia de trabalho:

É ruim porque é muito sofrimento, você via aqui acolá aqueles rapazes, aqueles home com dor de cabeça do sol quente, você sair de manhã e só chegar cinco horas em casa. Lá parece que o sol é mais baixo. Cana queimada, campo queimado, você não tem um pé de pau pra se imparar, é uma vida sofrida. Do que é ruim eu quero distância! Nas usinas foi pouco tempo, foi negócio de cinco anos. Eu ia, voltava, ia, voltava. Depois disso eu caí fora. (Geraldo Mascena da Silva, 2019).

Em 1968, quando "Seu" Zezinho iniciou as atividades na Zona da Mata alagoana, a presença dos barracões era longeva. Para o entrevistado, o trabalho na lavoura canavieira fora a única alternativa de emprego durante o verão. Na época citada, a Zona da Mata recebia milhares de homens e mulheres com disposição para enfrentar as longas diárias de trabalho. No retorno para casa, os migrantes deixavam o dinheiro para as compras quinzenais, a "caranha", como "Seu" Zezinho chamou:

Só tinha onde o caba ganhar um pão pra dar os filhos pra comer, lá. Tinha que ir trabalhar. Na época os caminhão das usinas subia aqui o Sertão todinho de quinze em quinze dias, quem quisesse trabalhar eles iam pegando todo mundo, não era o caba chegar lá e caçar serviço não, eles era quem vinha procurar o povo. Não era um carro só não, de cada usina ia dois, três carros carregar os pinhão pra ir trabalhar pra eles de graça [risos]. Eles vinham buscar na porta. Com quinze dias eles subia pra entregar aqueles, as vezes o caba deixava a família em casa meia ruim, aí ia também, deixava um dinheirinho pras mulher fazer as caranhas e voltava mais ele de novo, era trupé! (Manoel Davi Gomes, 2019).

Trabalhador experiente, “Seu” Zezinho atuou no corte de cana durante dez anos, para um fornecedor da Fazenda Roqueira, na entrada de Coruripe. Sem contrato formal de trabalho, recebia valores incompatíveis com as funções desempenhadas na usina, afirmando que existia um conluio entre os encarregados para diminuir os salários dos trabalhadores com a criação de taxas a serem pagas aos empreiteiros:

Trabalhei dez anos só numa fazenda da usina, dez anos não, dez verão, só na moagem. Mas aí, clandestinamente. Só ganhava o que eles quisesse, e outra, era por produção, o que o caba fizesse era que ganhava. Batalhão de cem braços só dava noventa, oitenta, depende do empeleiteiro ladrão. Aquelas dez braços, aquelas vinte ficava pro cara, aquele coitado que trabalhava ficava era vinte por cento do dinheiro que ele ganhava ficava com o empeleiteiro. (Manoel Davi Gomes, 2019).

Um estudo sobre a lavoura canavieira em Pernambuco chamou atenção para o uso de uma moeda interna, com regulação monetária e controle valorativo estabelecido pelos dirigentes das usinas. Chamado de “gabão”, era um dinheiro simbólico e alheio à moeda oficial em circulação, servindo como requisito para a aquisição de bens de consumo e equipamentos de proteção individual nos barracões (Lopes, 1978, p. 5). Assim como ocorria em Pernambuco, nos canaviais alagoanos foi utilizada uma moeda chamada “vale”, usada pelos empreiteiros para o pleno domínio sobre os trabalhadores, com superfaturamentos nos preços dos gêneros alimentícios.

“Seu” Zezinho afirmou que a usina “é lugar para ladrão mesmo!”; pois, a pequena quantia de dinheiro recebida com os “vales” não dava, sequer, para uma alimentação digna e necessária para suportar as explorações nos mundos do trabalho canavieiro:

É lugar pra ladrão mesmo! Sabe o que era que acontecia? O caba ia desses Sertão afora, morrendo de fome, chegava lá sem nada aí o empeleiteiro passava um vale pro caba, o caba chegava lá com aquele vale e comprava o que ele queria, só que tinha deles que trabalhava a semana todinha e no fim da semana não pagava o que ele comeu. Se 1kg de açúcar fosse um real na feira, lá no barracão era dois, se um quilo de charque naquele tempo fosse dois conto, no barracão era quatro, sempre era dobrado, tinha coitado que não tinha costume de trabalhar em cana, ficava lá enrascado, porque trabalhava a semana todinha, quando era no fim da semana não dava pra pagar o barracão, não dava pra pagar o que ele comeu, era uma tristeza. (Manoel Davi Gomes, 2019).

Apesar de bastante experiência no corte de cana, “Seu” Zezinho também foi cambiteiro, transportando cana com muares em locais de difícil acesso para os caminhões. Para não comprar no barracão, consumiu a precária alimentação de “salame com arroz” durante uma semana:

Quando eu fui, eu cheguei lá o caba disse: 'você quer, aqui tem serviço de limpar mato, tem serviço de cortar cana e tem de cambiteiro, você sabe trabalhar com animal?'. Eu digo: 'sei!'. 'Pronto, escolha um burro desses daí na cocheira'. Que nesse tempo os caba plantava cana em cima daquelas serras, que carro não entrava aí pegava nos burros e carregava nos cambito pra cá pras faixa, aí eu trabalhei de cambiteiro, só que eu tinha levado uma mixaria, eu passei uma semana todinha só comendo salame com arroz, mode eu não comprar no barracão, é brincadeira? Oito dias, aí eu não entrei no barracão, porque eu cheguei lá com um dinheirinho. Os caminhão vinha pegar, aqueles gaiolão, vinha pegar o caba e levava tranquilo, deixava lá no galpão. Chegava lá: 'fiquem aí, se quiserem comprar alguma coisa olha aqui o vale, vão pro barracão'. Franqueava logo pro caba ir comprar o que comer. (Manoel Davi Gomes, 2019).

Após um longo período de trabalho e bastante experiência acumulada, “Seu” Zezinho viveu inusitadamente o cotidiano dos barracões. O corte ou transporte da cana, tinha um rígido regime de trabalho, durante as madrugadas saía para os campos de cultivo, ao pôr do sol, retornava para o alojamento e tentava descansar um pouco. Próximo da meia-noite, acordava para preparar a alimentação que seria consumida ao longo do dia, geralmente composta por fubá de milho, água, sal e arroz:

Quando nós trabalhava no caminhão era oito homens, era quatro no gaiolão da frente e quatro no reboque, atrás. O caminhão chegava três horas da madrugada na porta do galpão pra gente pegar pra ir trabalhar e a gente se levantava doze, doze e meia, pra cuidar em comida pra três horas tá no ponto pra pegar o carro e ir trabalhar, três, quatro horas a gente chegava. Assim que a gente chegava não cuidava nem em comida as vezes, enfadado, cansado, deitava e agarrava no sono, aí na hora que a gente se acordava, aí ia cuidar em comida pra comer e pra levar no outro dia pra comer meio-dia. (Manoel Davi Gomes, 2019).

Margeados por rios caudalosos e turvos, os barracões:

[...] eram fracos demais, não tinha energia, não tinha banheiro. O caba tinha

que correr pra dentro das cana. Só uma coisa que era bom era de água, porque a água tinha um rio que passava assim perto mas eles não deixava a gente beber água do rio não. Eles trazia os tambor d'água, os trator trazia e botava na porta. Só era o que era de bondade, mas o resto era precário. Era obrigado o caba comprar gás pra botar no candeeiro, não tinha energia, cozinhando assim, no fogo de lenha. (Manoel Davi Gomes, 2019).

A água distribuída pelas usinas era de péssima qualidade e os trabalhadores, obrigados a terem “quartinhas”, recipientes de barro para transportar água aos eitos de cana:

A água lá não era muito difícil não, lá nos taião de cana aqueles trator levava aqueles tanque d'água, só que o caba tinha que arrumar uma vasilha porque quando era meio-dia não tinha quem bebesse que era o caldo. Tinha que levar uma vasilha pra encher e botar num canto, uma quartinha. (Manoel Davi Gomes, 2019).

Ao ser questionado sobre o período das atividades nas usinas e acerca do convívio nos barracões, “Seu” Zezinho afirmou:

Das usinas rapaz, eu acho que eu só tenho lembrança do sofrimento que eu passei trabalhando e outra coisa não. O caba ser obrigado a ir pra lá pra arrumar uma sobrevivênciazinha [...] era triste. A vida do sertanejo é dura. Deus me defenda de voltar mais nunca [risos]. Nem pra visitar! O negócio de usina, negócio de cortar cana, não é a força do caba, é a prática, se o caba não tiver, morre doido e não arruma nem pra pagar o barracão. (Manoel Davi Gomes, 2019).

Em meados da década de 1970, “Seu” Cícero Terto “jogou o saco nas costas”, acompanhou os parentes e foi trabalhar como cortador de cana na Usina Camaçari. O barracão era ponto de desembarque antes de conhecer os talhões de cana que seriam cortados, descrito pelo entrevistado como um “grande galpão”, rodeado por grotas e ribeiras, usadas para o consumo, higiene corporal e lavagem de roupas. Como prevenção para evitar aquisições compulsórias, “Seu” Cícero levou alimentos para consumo próprio durante a primeira quinzena de atividades.

Afora as explorações perpetradas pelos usineiros e cabos de turma, os grupos que conviviam com “Seu” Cícero buscavam manter um certo regimento harmonioso no barracão, a fim de evitar conflitos com outros “batalhões” de cortadores:

Nós mesmo lavávamos as roupas. Tinha outros barracos, de outras turmas de outros cantos, de outros locais. A gente nunca chegava a se misturar. A gente se misturava quando o gaiolão chegava e pegava nós pra ir pro corte de cana, todo mundo entrava no gaiolão e se mandava! Uma manga de calça jeans atacada aqui e aqui. (Cícero Terto do Nascimento, 2019).

O uso da “manga de calça jeans” como proteção para o antebraço foi uma estratégia compartilhada por trabalhadores mais experientes em momentos de estada nos alojamentos. A distribuição de equipamentos de proteção individual era uma obrigação das usinas, mas, usava-se o barracão como espaço de aquisição superfaturada pelos trabalhadores:

Eles davam bota, quem gostava de trabalhar com as luvas tinha, mas com a luva sempre escorregava no cabo do facão. Os colegas começava com essas luvas de pano que apoiava mais. O empeleiteiro chegava com os fardos e ia pegando os nomes das pessoas. Fulano de tal, fulano de tal e ia entregando. Mas sempre o pagamento era de quinze em quinze dias, aí descontava, que lá era descontado. Tudo que a gente pegasse lá no barracão era tudo descontado. Terminava o trabalho a gente pegava e ia botar lá, de manhã ia e pegava de novo. (Cícero Terto do Nascimento, 2019).

Antes de findar o período de corte, “Seu” Cícero trabalhou no regime de parceria com um irmão, em “sete ruas”:

Depois que foi um irmão meu aí me chamou pra ir. Porque emparceirado é até melhor, sozinho é ruim demais! Sozinho nos ganha muita coisa não, porque é sete carreira de cana pro caba sozinho, aí tem que tirar as três do meio e fica uma na ponta e outra noutra ponta e eu tenho que levar o resto. Pra cortar aqui, chamar aqui e deitar ela, aí corta outra. Depois que eu fui acostumando, livrando as pernas, é um corte só. (Cícero Terto do Nascimento, 2019).

Os movimentos repetitivos no trabalho foram o motivo para “Seu” Cícero deixar a lavoura canavieira alagoana, em função de desgastes na coluna vertebral:

Quando eu ganhei um troquinho bom falei: 'agora vou procurar outros destinos!'. Eu já sei qual é o movimento do mundo, já estou sabendo. Por aqui eu já tiro o movimento do mundo. Era muito pesado e eu estava sentindo muita... as costas, a coluna, de tanto estar abaixado ali. Eu digo: 'rapaz, não dá pra mim não, vou procurar outro destino'. Tinha cara mais novo do

que eu já sofrendo da coluna. Quando começou a minha também eu digo rapaz, vou cassar outro trecho. (Cícero Terto do Nascimento, 2019).

A vida no barracão também fez parte das relações cotidianas do “Seu” Chico Aleixo durante muitos anos, trajetória iniciada em 1970. Com a falta de trabalhos na Aldeia Fazenda Canto durante o verão e em razão da insuficiência agrícola, o entrevistado migrava para o corte de cana:

O caba pobre vive de todo jeito, comendo pipoca, comendo farinha seca, olha nós passamos uma vida triste. Você se lembra daquela seca de 70? Naquele tempo nós viemos para cá, não tinha mandioca, não tinha farinha, não tinha nada, a gente não tinha era nada! Tava tudo morrendo de fome. Todo ano a gente ia, todo ano, passava um mês, dois, três e voltava. Trabalhava no inverno aqui, quando terminava a safra da gente, aí ia ao corte de cana no 'Sul', era todo ano essa brincadeira. A gente pegava um cabra ruim, um empeleiteiro ruim infeliz, para não pagar o povo, o caba duro. Ali tem caba ali matador de gente. Às vezes o cara não recebia nem o dinheiro, corria e vinha simhora, para não morrer. (Francisco Félix da Silva, 2019).

Após uma semana de trabalho, “Seu” Chico Aleixo retornava para a Aldeia Fazenda Canto, onde deixava parcelas de dinheiro com familiares e migrava para a lavoura canavieira. Cortador de cana assíduo, trabalhou nos plantios das Usinas Camaçari, Uruba e Utinga, e em todas foi habitante no barracão, descrito pelo entrevistado como “um lugar muito ladrão”:

Se você fosse se meter no barracão, pronto, acabava sem vir simhora. Por que o barracão é muito ladrão, 1 kg de ceará [charque] você trabalha a semana todinha para comprar 1 kg, é muito caro, se você tiver devendo num lugar daqueles não vem mais nunca. Eu levava mão cheia de farinha daqui, com uma piaba passava a semana lá, não comprava nada no barracão mode isso. Eu via lá, caba mitido no barracão a semana todinha, toda noite ia lá, fazer compras, também não saía de lá, só era lá, preso por vida. (Francisco Félix da Silva, 2019).

Concedido pelas usinas, os barracões eram “caros pela hora da morte”, usados para ameaçar os trabalhadores e forçá-los a adquirir produtos superfaturados. A estratégia utilizada pelo entrevistado para subverter a dominação social vigente nos alojamentos foi levar gêneros alimentícios para os locais de trabalhos, compartilhando-os com parentes:

O empeleiteiro já ganha do usineiros, aí ele fazia aquela empeleitada com usineiros aí pega um bocado de homem e leva para lá, chega lá já vai para o barracão dele, ele já leva aquilo ali mode prender o cara lá, tudo caro pela hora da morte, você tem que comprar o que tá lá, senão morre de fome. Agora se você fosse sabendo, não, que nem eu quando ia mais a minha família - que foi eu e o meu sogro - aí nós comprava o peixe, comprava farinha, comprava o feijão de passar a semana... (Francisco Félix da Silva, 2019).

No retorno das usinas e com a esperança de um inverno proveitoso, “Seu” Chico Aleixo trabalhava nas roças da Aldeia Fazenda Canto, libertado da dominação imposta por empreiteiros que o ameaçaram de morte nos barracões da Usina Ouricuri, em Atalaia: “ia e voltava todo ano, a lembrança é essa, era na safra da cana, quando chegava o inverno nós ia trabalhar na roça” (Francisco Félix da Silva, 2019).

Apesar do corte de cana predominar como função mais recorrente entre os entrevistados, outros indígenas Xukuru-Kariri atuavam limpando canaviais da Zona da Mata alagoana. “Seu” Basto Cosme partia da Aldeia Fazenda Canto, apanhava o trem na Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios para Cajueiro, município alagoano que recebeu vários contingentes de migrantes indígenas.

Já ficando de maior, com dezessete anos, aí já fui para várias fazendas, limpar cana com os empeleiteiros também! Limpava assim, no verão, nesse tempo de agora, limpava dois meses, aí pronto, vinha pra casa e não ia mais, no outro ano ia de novo. Apanhava o trem e descia para Cajueiro, aí já estavam os cabras lá: 'vocês querem trabalhar? Então bora pras limpas'. Aí lá botava nós para limpar e ele ia andar e namorar que só a pêga, e nós que se ferrava a limpar cana, limpar cana, limpando e ele, no final de semana [...] ia pra usina, fazia as contas dele, pagava a nós pouco e eles ficava com um bocado. (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019).

A decisão de enfrentar a árdua tarefa de trabalhar no “Sul” canavieiro adveio sob influência de arregimentadores e parentes que atuavam na Zona da Mata alagoana. Durante o trabalho, “Seu” Basto presenciou aliciamentos e vendas compulsórias de alimentos como uma forma reiterada de aquisição da mão de obra indígena:

O cabra chegava lá, só faltava apanhar, bicho ruim da poxa. As vezes era cabra ruim da boba, prometia o mundo e o fundo, o cabra comprava fiado no barracão, os cabras iam, compravam umas coisinhas para comer, né?! Aí

ia trabalhar, botava o cabra pra se ferrar lá, limpar as cana, novinha, velha. Quando era na primeira semana, o cara comprava naquele barracão dele, pelo menos cem deixava no barracão. Pra o cabra que queria comprar mais daqueles trezentos que ganhou, ele comprava na feira um pouquinho e ia deixar cem pra trazer pra casa. O cabra ia trabalhar pra trazer uma coisinha pra casa. Com quinze dias ou três semanas, tinha que vim em casa, trazer um dinheirinho para comprar a piaba dos meninos. (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019).

“Seu” Basto Cosme iniciava a jornada de trabalho durante as madrugadas e encerrava com o pôr do sol. No retorno para o barracão, procurava lenha nas matas, preparava os alimentos e outros afazeres domésticos necessários. Aos sábados, aproveitava o tempo fora das plantações canavieiras para “sarrabuiar” as “fardas” de trabalho:

Nós saía do barraco quatro horas da manhã pra chegar cinco e meia no trabalho, de pé. Aí lá, começava a trabalhar, com o dia clareando e quando era quatro horas da tarde, largava e vinha simhora. Chegava no barraco pra fazer fogo, cozinhar um feijãozinho, pra levar bóia no outro dia, um pouquinho de arroz, nós ia preparar o fogo e preparar um cuscuz, sei lá! Um arrozinho para comer sete horas da noite, também. O pobre é sofrido, é um sofrimento da beleza. Dia de sábado a gente corria [...] todo barraco que nós ia tinha que ter os córregos lá. Eu ia pro riacho, botava a trouxinha e ia sarrabuiar pra lá, mete sabão e mete água... (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019).

O entrevistado afirmou que o pequeno “vão” do barracão acomodava “trinta, quarenta, cinquenta pinhão. Pinhão do meio do mundo, pinhão de Sergipe, de todo canto tinha pinhão” (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019). Em muitos finais de semana, com o relaxamento das usinas na proibição à comercialização e consumo de bebidas alcólicas, os trabalhadores embriagavam-se e reavivavam antigas rixas: “tinha deles que bebiam cachaça, batiam de mão a foice e queriam matar uns aos outros e outros iam apartar, era confusão” (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019). O entrevistado classificou os finais de semana como períodos em que o cortador de cana “estava limpo”, liberado para divertir-se em partidas de futebol compartilhadas com trabalhadores de outros barracões:

Porque o dia de domingo o cabra já estava fora, estava limpo. Até depois de sábado meio-dia o cabra já estava limpo, aí ia beber cachaça, os que queriam beber. Os outros já brincavam no sábado de tarde, treinavam e no domingo

eles marcavam [o jogo], porque, é muita fazenda, aqui tem um campo, daqui a seis quilômetros tem outro campo, o cara marcava um dia para vir pra cá ou ia pra outro campo, aí tinha, essas coisas sempre tinha. Os caminhão dos fazendeiros enchiam, aqueles gaiolões de carregar cana, enchia da peãozada daquela fazenda e a gente ia, quando terminava, uns já viam cheios de pingas, cervejas, e outros vinham sem beber mesmo, aí vinha. Quando chegava em casa, meio doidão, tinha que fazer fogo, botar arroz no fogo, feijão, um pedaço de carne ou charque dentro do feijão, senão, assar, preparar para levar pra madrugada, os seis dias da semana! Uma cabacinha d’água de barro, se pudesse tinha que levar por que tinha muitas partes de cana, roça de cana que não tem água ali pertinho [...] aí nós ia andar muito até chegar no riacho. (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019).

O “termômetro” que determinava o período de estada dos indígenas na Zona da Mata em Alagoas estava vinculado com as condições climáticas, debilidades agrícolas e na dimensão da estrutura social. Quanto maior fosse a quantidade de dependentes, mais tempo de sujeição à dominação dos empreiteiros e barracões seria necessário para aliviar a fome e alimentar o desejo de permanecer nos territórios indígenas. No caso específico do “Seu” Basto, por não ter muitos filhos, havia uma “independência” com relação ao período de atuação laboral nos canaviais:

Bom, chegou o verão, aí o cara tinha que correr para trabalhar nas usinas, trabalhava quatro, cinco meses, seis, dependendo, terminava a moagem. Eu não, eu ia só trabalhar dois meses. Eu comprava uma calça um calçadinho, comprava duas roupinhas, o dinheiro também era pouco aí... E depois, eu casado fui para fazer a feira, de 15 em 15 eu vinha em casa para fazer a compra, aí eu tinha poucos meninos, tinha só dois, em 1977. Tinha rapaz que passava o verão todinho trabalhando para lá e chegava mais nu do que se fosse vestido, chegava era nu! Não comprava uma roupa, né?! (Sebastião Cosme de Oliveira, 2019).

Após a passagem dos cercados e fazendas que margeavam a BR-316, próximo ao município de Maribondo (AL), os migrantes indígenas despediam-se do Semiárido e iniciavam o contato visual com as extravagantes e esverdeadas planícies encobertas pela monocultura da cana de açúcar, alguns meses antes de solapá-las e acinzentar os campos de cultivo com a fuligem das palhas queimadas durante a colheita canavieira.

Os vastos canteiros, conhecidos localmente como “eitos”, “carreiras” e “talhões”, escondiam, em meio ao viscoso canavial, os labirintos que “engoliam” lavas de homens e mulheres destinados ao cultivo e corte do “ouro verde” alagoano.

No traslado entre Palmeira dos Índios e o “Sul”, estavam os Xukuru-Kariri, e, ao olharem para a imensa plantação que transpassava o horizonte, recordavam-se das experiências vivenciadas em verões passados, quando as canas amiudavam-se após a queima das palhas e eram golpeadas com as desgastadas lâminas de aço. Riqueza para poucos, exaustão para muitos, logo seriam viventes dos alojamentos, estruturas preparadas para diminuir a autonomia dos trabalhadores distante das aldeias.

O barracão exercia o poder de enclausurar os indígenas cortadores de cana durante o trabalho na lavoura canavieira e, através dos administradores, os empreiteiros induzia-os ao excessivo uso das articulações e coluna vertebral, ocasionando desgastes corporais e o surgimento de doenças degenerativas, relacionadas à desidratação e a insuficiência nutricional em razão da péssima alimentação. Diante da falta de concorrência, o barracão era uma estratégia utilizada para a sujeição ao trabalho exaustivo pela distância dos centros urbanos, com a comercialização de produtos necessários para a sobrevivência e venda ilegal de bebidas alcóolicas.

Embora os indígenas passassem mais tempo nos campos de cultivo e corte da cana, os barracões eram espaços mistos, utilizados, dentre outras finalidades, para o convívio social e comercialização dos equipamentos de proteção individual, formadores de “armaduras” protetivas contra acidentes de trabalho ocasionados por fatores externos, como cortes nas palhas da cana; picadas de insetos e animais peçonhentos; quedas, vertigens e desmaios pelos sucessivos golpes com as lâminas dos facões, “facoas” e podões, principais instrumentos de ascensão financeira dos usineiros e de desgaste fisiológico dos trabalhadores.

Os indígenas cortadores de cana, entrevistados para esse texto, não foram somente engrenagens de funcionamento dos complexos agrocanavieiros, foram, por excelência, a força motriz que está na gênese do sistema de produção açucareira, mão de obra primordial desde o plantio até o cultivo. Embora não fossem etnicamente reconhecidos, usaram as explorações dos barracões e do mundo do trabalho açucareiro para reivindicar melhores condições de vida e reconhecimento de direitos às especificidades. Para os Xukuru-Kariri, o trabalho na Zona da Mata foi uma linha transitória entre a submissão nas usinas e a autonomia nas aldeias, um constructo da “indianidade” através do aprendizado (Carvalho; Carvalho, 2011).

Ao discutir “o aprendizado” entre os ingleses do século XVIII, o historiador britânico E. P. Thompson evidenciou a utilização de espaços físicos como “mecanismo de transmissão entre gerações” (Thompson, 1998, p. 17). Assim como as tecelagens do Setecentos britânico, os barracões exerceram distintas funções entre os indígenas Xukuru-Kariri entre meados e fins do século XX. Eram espaços de aprendizado, com a formação de muitos cortadores de cana ainda na menor idade, seguindo os desígnios dos pais e de exercício da dominação patronal com a seleção escalonar dos trabalhadores entre “bons” e “ruins” cortadores de cana, afora as arruinadas acomodações e inexistência de assistência das usinas.

Além da atuação comum, o recrutamento e a orientação trabalhista iniciada geralmente ainda durante a infância, as trajetórias discutidas ao longo do texto se entrecruzam pelo fortalecimento das mobilizações indígenas após as diversas atuações na Zona da Mata canavieira em Alagoas. O trabalho verteu-se em resistência. Apesar de ter sido uma estrutura funcional e fundamental, os barracões eram, do ponto de vista social, “prismas” que recebiam os migrantes indígenas Xukuru-Kariri direcionados para o trabalho e os “devolvia” para as aldeias no território indígena com outras percepções de mundo, compartilhadas durante às atividades no “Sul”.

Referências

- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Cana, casa e poder*. Maceió: EdUFAL, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: SUDENE/PSURE, 1988.
- CARVALHO, Ana Magda; CARVALHO, Maria Rosário de. *Índios e caboclos: a história recontada*. Salvador: EdUFBA, 2011.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Recife: EdUFPE, 2017.
- SILVA, José Graziano da. *De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme*. Maceió: EdUFAL, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes Orais

- GOMES, Manoel Davi [70 anos]. [fev. 2019]. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios, AL, 19 fev. 2019.

NASCIMENTO, Cícero Terto do [53 anos]. [mar. 2019]. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios, AL, 23 mar. 2019.

OLIVEIRA, Sebastião Cosme de [64 anos]. [fev. 2019]. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios, AL, 9 fev. 2019.

SILVA, Francisco Félix da [62 anos]. [fev. 2019]. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios, AL, 5 fev. 2019.

SILVA, Geraldo Mascena da [60 anos]. [mar. 2019]. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios, AL, 27 mar. 2019.

Resumo: Nos relatos orais, indígenas Xukuru-Kariri, habitantes em Palmeira dos Índios (AL), afirmaram terem trabalhado no cultivo e corte de cana para usinas de açúcar na Zona da Mata em Alagoas, região canavieira conhecida como “Sul”. Além das longas viagens, os indígenas relataram as exaustivas jornadas de trabalho, as poucas folgas e precárias estruturas para estadas e moradias cedidas pelas usinas: os barracões. Neste artigo, discutiremos as experiências vivenciadas por migrantes Xukuru-Kariri enquanto moradores nesses barracões, estruturas funcionais destinadas ao convívio e comercialização de alimentos, bens diversos, e para manutenção compulsória dos trabalhadores. Refletimos sobre o cotidiano do trabalho canavieiro no exercício de dominação pelas usinas, mas também como um espaço propício de elaboração das resistências ao recrutamento da mão de obra indígena, nos embates e mobilizações por melhores condições de vida.

Palavras-chave: Xukuru-Kariri. Zona da Mata alagoana. Trabalho indígena.

"Pro giro do 'Sul': Xukuru-Kariri indigenous people working in sugarcane plantations in Alagoas (1952-1990)

Abstract: In oral reports, Xukuru-Kariri indigenous people, inhabitants in Palmeira dos Índios (AL), claimed to have worked on the cultivation and cutting of sugarcane for sugar mills in Zona da Mata in Alagoas, a sugarcane region known as "Sul". In addition to the long Journeys, the indigenous people reported the exhausting working hours, the few days off and precarious structures for stays and housing provided by the mills: the barracks. In this article, we will discuss the experiences lived by Xukuru-Kariri migrants as residents in these barracks, functional structures for the conviviality and marketing of food, various goods, and for compulsory maintenance of workers. We reflect on the daily of sugarcane work in the exercise of domination by the mills, but also as a propitious space for the elaboration of resistance to the recruitment of indigenous labor, in clashes and mobilizations for better living conditions.

Keywords: Xukuru-Kariri. Zona da Mata alagoana. Indigenous people work.

Recebido em 08/08/20

Aprovado em 24/10/20